

Experiência profissional

Conceção e implementação dos planos de controlo de géneros alimentícios de origem animal em execução na DGAV;

A nível nacional — Plano de aprovação e controlo dos estabelecimentos (PACE), — Plano de aprovação e controlo dos estabelecimentos de retalho (PACE 7), Plano de controlo oficial dos géneros alimentícios (PIGA), Plano de controlo oficial dos navios (PCON), Plano de controlo oficial do leite (PCOL), Plano de Controlo Oficial da Aquicultura (PCOA), Plano de controlo oficial integrado das pisciculturas (PICOP), Proposta de planos de monitorização sanitária em aquicultura, Planos de controlo de doenças das abelhas (zonas controladas).

A nível regional — Plano de Controlo das Cantinas Escolares da área de Lisboa e Vale do Tejo (PACE C).

Coordenação de atividades de controlo da segurança alimentar na área de Lisboa e Vale do Tejo da DGAV — Coordenação da aprovação de estabelecimentos agroindustriais e de subprodutos de origem animal, Coordenação do Posto de Inspeção Fronteiriço (PIF) de Lisboa, coordenação dos processos de retirada de mercado — RASFF, coordenação da certificação de produtos de origem animal.

Participação em grupos de trabalho

Representação da Direção Geral de Veterinária na elaboração do Plano Apícola Nacional do Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar

Coordenação do grupo de trabalho para proposta do Sistema Nacional de Vigilância da Saúde Pública na Produção e Comercialização de Moluscos Bivalves Vivos

Coordenação dos grupos de trabalho do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para a piscicultura e moluscicultura

Representação de Portugal nos grupos de trabalho de higiene e segurança alimentar na Comissão Europeia e do Conselho Europeu

Representação da Direção Geral de Veterinária no PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado)

Representação do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas no grupo de trabalho para a revisão da legislação de licenciamento industrial (DL n.º 208/2009, de 29 de outubro, REAI)

Propostas legislativas

Elaboração da Portaria n.º 699/2008, de 29 de julho, relativo a determinadas derrogações dos “novos regulamentos” de segurança alimentar;

Elaboração do Decreto-Lei n.º 178/2008 de 26 agosto relativo à taxa de controlo oficial

Elaboração do Decreto-Lei n.º 122/2006 de 27 de junho, relativo a subprodutos de origem animal

Representação da DGV na elaboração do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, e proposta das alterações, para implementação dos novos regulamentos comunitários

Proposta do Decreto-Lei n.º 37/2000, de 14 de março, que estabeleceu o regime jurídico da atividade apícola (ordenamento apícola) e o Decreto-Lei n.º 74/2000, de 6 de maio e Elaboração do Decreto-Lei n.º 1/2007 de 2 de janeiro, relativo a licenciamento de locais de extração de mel.

Cargos de chefia na Direção-Geral de Veterinária

2005/ 2007 — Divisão da Inspeção Higié-sanitária de Produtos da Pesca e Aquicultura Pescado Frescos

2007/ 2010 — Divisão de Planificação dos Controlos dos Produtos de Origem Animal

Formação profissional

Forgep — Programa de formação em Gestão Pública (120 horas), Oeiras, 2006

Auditing HACCP Systems — Health and Consumer Protection, Directorate-General, Comissão Europeia, Porto, 2006

Intermediate certificate in applied HACCP Principles, Royal Institute of Public Health, 2007

Training Course on Monitoring and control of Zoonoses and Microbiological Criteria in Foodstuffs — Sanco — European Commission — 30 horas, 2008

Training on Veterinary and Food Safety control checks at seaport Border Inspections Posts — Southampton, 21 a 24 de setembro, 2010

Formação Pedagógica de Formadores, 6 a 31 de julho de 1998 (90 horas)

Preparação de Inspectores Sanitários de Pescado (171,5 horas) 10 de maio a 17 de junho de 1999

208474791

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 2987/2015

A Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), conforme deliberação do Conselho Diretivo de 5 de fevereiro de 2015, pretende proceder ao preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira de técnico superior, por recurso à mobilidade na categoria, para exercício de funções no Departamento de Gestão e Administração Geral (DAG) nos termos do disposto nos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

1 — Caracterização da Oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade na categoria.

Carreira e Categoria: Técnico superior.

Número de postos de trabalho: um (1).

Remuneração: igual à que o trabalhador auferir na categoria de origem, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015).

2 — Caracterização dos postos de trabalho:

Referência 2015/MI1: 1 posto de trabalho de técnico superior para a área de recursos humanos

Atividades: Assegurar o apoio jurídico ao Departamento de Gestão e Administração Geral no contexto das suas atribuições, designadamente na análise, instrução e acompanhamento das matérias relacionadas com os recursos humanos da ACSS, I. P. ao nível das carreiras, vínculos, remunerações, sistema de avaliação do desempenho e estatuto disciplinar, análise e elaboração de pareceres jurídicos sobre matérias relacionadas com os recursos humanos, elaboração de contratos e documentos de cariz técnico-jurídico.

Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto na Administração Central do Estado nas matérias relacionadas com as atividades a desenvolver; conhecimentos de informática na ótica do utilizador nas ferramentas de Microsoft Office.

3 — Requisitos gerais de admissão:

3.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

3.2 — Estar integrado na carreira de técnico superior

4 — Requisitos específicos de admissão:

Licenciatura em Direito

5 — Local de trabalho:

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., Av. João Crisóstomo n.ºs 11 e 14, 1000-177 Lisboa.

6 — Prazo de apresentação das candidaturas:

10 dias úteis a contar do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7 — Formalização da candidatura:

As candidaturas devem ser formalizadas, através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo da ACSS, I. P., com a menção expressa do vínculo, da carreira/categoria que detém, da posição e nível remuneratório e a correspondente remuneração mensal, contacto telefónico e e-mail.

Deve ser acompanhada de *curriculum vitae* detalhado e atualizado e de fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias.

8 — Apresentação da candidatura:

A candidatura deve ser obrigatoriamente identificada com a menção “Recrutamento por Mobilidade na categoria” com indicação expressa do n.º do aviso publicado em DR e respetiva referência ou código da oferta da BEP. A candidatura deverá ser apresentada até ao termo do prazo referido no ponto 6 do presente aviso, pessoalmente na Avenida João Crisóstomo n.º 11, 1000-177 Lisboa ou através de correio registado com aviso de receção para a mesma morada ou para o email: recrutamentos@acss.min-saude.pt.

9 — Seleção dos candidatos:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise do currículo profissional, complementada por entrevista profissional (apenas serão convocados para a realização da entrevista, os candidatos selecionados na avaliação curricular e que preencham os requisitos de admissão).

10 — A presente oferta de emprego será publicada na BEP, até ao 2.º dia útil seguinte à presente publicação e estará disponível na página eletrónica da ACSS, I. P.

25 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Santos Ivo*.

208473502